

Lições do debate entre os defensores da estatização sob controle operário e da autogestão

Henrique T. Novaes

Doutorando em Política Científica e Tecnológica – Unicamp. Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). Autor do Livro: O Fetiche da Tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Brasil. E-mail: hetanov@yahoo.com.br

RESUMO

Quando uma fábrica é abandonada, fechada ou está subutilizada, o que se deve fazer: Estatizar?

Estatizar sob controle operário? *Entregá-la* aos trabalhadores para que eles organizem uma cooperativa? O artigo pretende levantar os argumentos dos



defensores de cada alternativa. Alguns setores do movimento de fábricas recuperadas latino-americano propõem a estatização, enquanto que outros “preferem” a autogestão. Entre os primeiros, alguns defendem a estatização sob controle operário de todas as fábricas enquanto que outros a limitação da estatização aos setores estratégicos da economia. Entre os segundos - os defensores da autogestão - há os que propugnam o controle das empresas pelos trabalhadores competindo no “mercado”. E outros que postulam *ataques duplos* (MÉSZÁROS, 2002), isto é, a necessidade de combinar mudanças na divisão do trabalho no âmbito das fábricas com o planejamento socialista da produção.

Palavras-chave: Estatização, Autogestão, Propriedade e controle dos meios de produção

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar a polêmica travada entre teóricos marxistas e diferentes grupos do movimento de Fábricas Recuperadas (FRs) na América Latina sobre o que fazer quando uma fábrica fecha: ela deve ser estatizada sob controle operário ou deve ser *entregue* aos trabalhadores na forma de autogestão?¹

Durante nossa pesquisa de mestrado (Novaes, 2005), verificamos que parte do movimento operário da Argentina, Venezuela e Brasil reivindicava a estatização das fábricas falidas ou abandonadas por seus empresários, enquanto que outros grupos, nos mesmos países acenavam com a proposta de *autogestão*. Diante deste

¹ O autor agradece os comentários e sugestões dos pareceristas e dos professores Renato Dagnino, Felipe Silva e Paulo Alves de Lima Filho.

dilema, surgiu o interesse de apontar algumas características do Estado capitalista, apresentar os argumentos defendidos pelos partidários da estatização e os argumentos de alguns partidários da *autogestão*. Neste sentido, o artigo ganhou a forma de uma breve revisão bibliográfica sobre o tema.

Antes de prosseguir, duas ressalvas são necessárias. Sobre a palavra *autogestão*, Guimarães et al. (2004) já observaram que a mesma pode ser e vem sendo empregada com diversos significados. A nosso ver, isso reflete os projetos de sociedade de diferentes correntes teóricas e dos movimentos de fábricas recuperadas, etc que vão desde aqueles que acreditam que os trabalhadores devem ser os donos dos meios de produção e devem competir no “mercado” até a proposta mais radical que advoga a *autogestão* enquanto autogoverno pelos produtores associados numa sociedade não regida pelo “mercado”. É justamente por essa polissemia que estranhamos com itálico todas as vezes que utilizamos a palavra *autogestão*.

Ainda nesta introdução cabe lembrar que, com exceção da Venezuela de Chávez, nenhum dos governos dos últimos 10 anos na Argentina, no Brasil e Uruguai estatizou as fábricas que fecharam. Apesar de alguns grupos insistirem com a proposta de estatização com controle operário, estes governos não aceitaram esta proposta².

O artigo foi estruturado da seguinte forma. Na primeira seção desenvolvemos os argumentos dos defensores da estatização das fábricas dos defensores da estatização dos setores estratégicos. Na segunda seção, mostramos o ponto de vista dos autores que defendem a *autogestão*. Encerramos o artigo com algumas considerações finais.

2. Argumentos dos defensores da Estatização

Para apontar os principais argumentos dos defensores da estatização, nos reportamos a palestra de Júlio Turra, um representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT - Brasil) que combate às idéias que propugnam a *autogestão*.

Durante sua palestra no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) - Unicamp – em dezembro de 2005 - que tinha como objetivo relatar as recentes conquistas dos trabalhadores latino-americanos no que se refere à recuperação de empresas, Turra afirmou, em certo momento, que Hugo Chávez estava estatizando várias fábricas (e ele concordava com o fato). Mas que, no entanto, Chávez pretendia estatizar uma fábrica de extrato de tomate. Aqui parece ser o ponto fulcral do argumento de Turra quando ele se pergunta: mas o que há de estratégico ao estatizar uma fábrica de extrato de tomate?

Depreende-se desta pergunta que os defensores da estatização alegam que as fábricas estratégicas devem estar nas mãos do Estado.

A certa altura da palestra, Turra observou que partilhava da visão de Engels que afirma mais ou menos assim: “Estado é sinônimo de polícia. Tudo o mais decorre da *pressão* popular”. Traduzindo, as outras faces do Estado que não a polícia são o resultado das lutas, principalmente dos trabalhadores, para construir bens públicos.

Trata-se de uma meia verdade. Se olharmos para o Estado do Bem-Estar Social (1945-1973) na Europa, o mesmo não decorreu apenas da pressão da classe trabalhadora para desmercantilizar parcialmente a sociedade e controlar socialmente o capital. Ao mesmo tempo que houve interesses dos trabalhadores em frear o avanço da irracionalidade do capital, houve também, por parte dos capitalistas, o interesse em *chamar* o Estado para regular e estabilizar a economia. Para isso, o mesmo deveria se tornar produtor naqueles setores onde o tempo de amortização do capital era muito longo.

² Para saber sobre as fábricas recuperadas no Brasil, ver Faria (2005), Novaes (2005) e Novaes (2007a).

Neste sentido, a defesa de Turra da estatização parece subestimar o controle e a funcionalidade das estatais bem como do Estado do Bem-Estar Social (EBES) para a reprodução do capital.

Façamos uma breve leitura do que foi o EBES. Diante da sobra da Revolução Russa (1917), da crise de 1929 e das lutas sociais na Europa, surgiu o EBES. Przeworski (1989) acredita que o EBES surgiu num momento histórico de predominância das idéias de Keynes. Lembremos que Keynes advogava a necessidade de intervenção pública como forma de evitar o colapso total do sistema capitalista engendrado pela busca da “eficiência” individual das empresas versus o desgoverno da produção como um todo.

Foi neste momento que, de vítima passiva dos ciclos econômicos, o Estado tornou-se quase da noite para o dia uma instituição por meio da qual a sociedade podia regular as crises a fim de manter o pleno emprego (PRZEWORSKI, 1989). Ao mesmo tempo, usava-se do déficit para financiar as obras públicas produtivas durante as depressões, através das políticas anti-cíclicas. Deve-se lembrar também que foram criadas políticas que permitissem o acesso de uma parcela dos trabalhadores aos bens de consumo. É nesse momento que esta parcela de trabalhadores passa a fazer parte dos cálculos da “demanda efetiva”.

Przeworski nos alerta que o envolvimento do Estado na produção e venda de produtos finais é raríssimo. Na Europa, o Estado tornou-se administrador do crédito, era produtor de carvão, ferro e aço, produção e distribuição de energia, transportes e comunicação (PRZEWORSKI, 1989). Para este autor, o Estado dedicou-se às atividades que não eram lucrativas, mas que eram necessárias para a economia como um todo. Ou melhor, o Estado não concorreu com o capital privado, ele fornecia os insumos necessários para o fortalecimento rentável da economia como um todo (PRZEWORSKI, 1989, p.56). Era esta a divisão entre Estado e mercado. Além disso, aplicando medidas pautadas pela teoria do bem estar, atenuava os efeitos concentradores de renda advindos do *mal* funcionamento do *mercado*.

Przeworski afirma que para a Social-Democracia, o Estado pode transformar os capitalistas em funcionários privados do povo sem alterar a situação legal da propriedade privada³. Eles não visam à transformação do sistema econômico, mas unicamente à correção dos efeitos de seu funcionamento (PRZEWORSKI, 1989, p.58)⁴.

A visão de Turra sobre a estatização não é unânime. Há um dissenso, ou melhor, diferentes correntes dentro dos defensores da estatização. Uma delas pode ser observada na leitura do artigo de dois militantes venezuelanos: Yone Moreno e Willian Sanabria (2006). Para estes, tudo deve estar nas mãos do Estado, não apenas as empresas estratégicas, tal como nos dá a entender a argumentação de Júlio Turra.

Quando propõem “os dez eixos para transformar a co-gestão revolucionária em estatização sob gestão dos trabalhadores”, afirmam que

Los trabajadores de las empresas en cogestión y ocupadas deben proponer a la UNT [Unión Nacional de los Trabajadores], a todo el movimiento obrero, al movimiento bolivariano y la propio Presidente Chávez la estatización bajo control de los trabajadores de la banca, la industria básica, los monopolios y los latifundios como único modo de crear el marco adecuado para que el nuevo modelo de relaciones de

³ Para Keynes, não é a propriedade privada dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete (PRZEWORSKI, 1989, p.240).

⁴ Rosa Luxemburg (1974 [1915]), em “A crise da social-democracia”, nos mostrou o reformismo da social-democracia ao abdicar a necessidade da transição socialista e apregoar o gradualismo.

producción rumbo al socialismo que el Presidente [Chávez] propuso pueda desarrollarse (MORENO, SANABRIA, 2006).

Ao discutir as “encampações realizadas pelo governo” brasileiro no século XX, Octávio Ianni (1989) nos dá algumas pistas sobre as propostas do trabalhadores a favor da estatização. Para ele, “na base dos movimentos destinados a forçar o Estado a encampar empresas privadas nacionais ou estrangeiras estão alguns fenômenos que devemos ressaltar: os operários e funcionários interessam-se e lutam por tornarem-se assalariados de empresas públicas devido ao maior nível de salários, às relações de trabalho menos rígidas, ao menor risco de dispensa e outras garantias. Como as atividades econômicas do governo não são motivadas exclusivamente pelo lucro, as gerências de empresas estatais podem responder mais prontamente às reivindicações dos assalariados, o que aumenta a participação do trabalhador no produto. Acresce que a cúpula sindical é sensível a pressões políticas, particularmente dos partidos e políticos de esquerda, que forçam a estatização, por acreditarem – como os economistas liberais – que o dirigismo enfraquece a iniciativa privada. (IANNI, 1989, p.195).

Em linha gerais, poderíamos iniciar dizendo que o Estado não é um órgão apenas de mediação nas relações de classe. Ele é elemento de preservação do predomínio de uma sobre outra classe (IANNI, 1989, p.240). Para Ianni (1989), a função primordial do Estado é a garantia das condições de produção e expropriação. Porém, com os processos de estatização ocorridos no século XX, o Estado também se inseriu nas condições de produção (IANNI, 1989, p.258), o que se convencionou chamar Estado-Empresário.

O Estado também é uma “poderosa agência de indução de investimentos, alocação de recursos, dinamização das forças produtivas, organização das relações sociais de produção, transferência de renda, planejamento indicativo e impositivo, lugar de violência organizada e concentrada na sociedade” (IANNI, 1989, p.258).

Para completar esta parte inicial do artigo sobre o papel do Estado na sociedade e sua relação com as classes sociais, deve-se fazer as seguintes perguntas: o Estado serve a todos que dele se apropriam? Ele é flexível ou inflexível? Seria o Estado totalmente autônomo, agindo previsivelmente em defesa dos interesses dos capitalistas, a ponto de não servir a quem dele se apropria? Ou seria ele *instrumental*, podendo então ser usado tanto por capitalistas quanto por trabalhadores. Em que medida os conflitos interferem ou não na configuração do Estado?

Para Przeworski, o Estado não responde invariavelmente aos requisitos da produção capitalista, o que nos leva a crer que a atividade das instituições e as próprias instituições são um resultado contínuo dos conflitos sociais. Sendo assim, deve-se analisar o Estado sob circunstâncias históricas concretas e observar como e por quê grupos específicos, classes ou frações de classes entram em conflito acerca de questões específicas. O resultado destes conflitos é uma determinada organização e um conjunto de políticas do Estado.

Ianni acredita que a luta de classes é capaz de imprimir suas marcas no Estado. Senão vejamos:

A análise do Estado é uma forma de conhecer a sociedade. Se é verdade que a sociedade funda o Estado, também é inegável que o Estado é constitutivo daquela. As forças sociais que predominam na sociedade, em dada época, podem não só influenciar a organização do Estado como incutir-lhe tendências que influenciam o jogo das forças sociais e o conjunto da sociedade. É claro que o Estado não pode ser organizado senão em conformidade com as tendências da sociedade, mas pode ser levado a privilegiar uma ou outra direção, conforme os desígnios dos que detém o poder (IANNI, 1989).

Mesmo verificando as possibilidades de conformação do Estado, nos parece que há um limite na “flexibilidade” do mesmo, pois há uma função invariável do Estado, que é encarregar-se da manutenção das relações sociais de produção capitalistas, independentemente de quem estiver no poder.

Os ensinamentos históricos das campanhas de estatização no governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), são eloquentes a este respeito. Na visão de Ianni, as mesmas contribuíram para a *reificação do Estado*:

A amplitude, duração e o significado dessas campanhas produziram a *reificação* do Estado na consciência do proletariado. No apelo contínuo ao poder público, como maneira de realizar reivindicações de classe, essa categoria tem sido levada a feticizar o aparelho estatal, como se ele fosse o órgão que pode atender os seus objetivos de classe (IANNI, 1989, p.155).

De acordo com este autor, como a classe operária não se esclarece sobre as mediações que povoam as suas relações com as outras classes e com o próprio Estado, nem sempre a sua atividade política está apoiada na compreensão do poder público como mediação. De produto e mediação de classes, o Estado é elevado a categoria de poder superior, neutro, destinado a harmonizar interesses contraditórios, passíveis de integração harmônica. (IANNI, 1989, p.155-6). Com o getulismo, e suas variantes, o Estado ganhou a feição de poder neutro e moderador, transferindo para outro plano as determinações da atividade política. Transformando-se de objeto em sujeito dessa atividade. Com isso, “a visão da história do proletariado se torna vizinha da burguesa” (IANNI, 1989, p.156).

A leitura do texto de Moreno e Sanabria (2006) nos leva a crer que eles não propõem uma estatização *clássica* tal como nos dá a entender as encampações brasileiras. A *novidade* da proposta está em combinar propriedade estatal com gestão compartilhada entre os burocratas e os trabalhadores das empresas estatizadas, a chamada co-gestão⁵.

Dentre os motivos alegados para que a propriedade seja estatal, os autores afirmam que, se a empresa torna-se propriedade privada dos trabalhadores, os mesmos tornam-se “pequeno-burgueses”. Pode haver também a formação de uma mentalidade capitalista no seio da classe trabalhadora.

Além disso, se uma empresa de trabalhadores obtiver renda em função da sua competição com outras empresas no mercado, a pressão para que um setor dos trabalhadores possa se desviar do conteúdo revolucionário e socialista do projeto inicial e assumir práticas capitalistas é enorme. Para eles, essa é a tendência sempre que se tenta desenvolver cooperativas no marco do capitalismo (MORENO, SANABRIA, 2006).

A maioria das cooperativas se arruína e as que conseguem sobreviver reproduzem no seu interior todas as práticas do sistema. Se substitui um capitalista por dezenas ou centenas de pequenos capitalistas, segundo o tamanho da cooperativa. Quando a empresa precisar contratar mais trabalhadores, os cooperativistas negarão a incorporação destes na mesma. Sendo assim, a concorrência com outras empresas capitalistas gera castas entre os trabalhadores, a auto-exploração e exploração dos trabalhadores contratados. Além disso, pode ficar a impressão de que os trabalhadores são “bons gestores” (MORENO, SANABRIA, 2006).

Para eles, há

[...] un perverso cordón umbilical que vincula la conciencia y los objetivos inmediatos de los trabajadores a la competencia en el mercado capitalista y la lucha por

⁵ Há alguns casos de empresas que já eram propriedade estatal, sendo a novidade a gestão compartilhada.

conseguir beneficios. Si no logramos cortar este cordón, antes o después comenzará a desarrollarse entre sectores de los trabajadores una mentalidad capitalista. Al principio, un grupo más o menos grande empezará a dejar de verse a sí mismo como trabajadores y a sentirse accionista de la empresa. Sus ingresos, derechos y mejoras socioeconómicas provienen directamente del beneficio que obtenga ésta compitiendo en el mercado (MORENO, SANABRIA, 2006).

O argumento central de Moreno e Sanabria é o de que não se pode vincular os investimentos, melhoras salariais e condições de trabalho aos rendimentos da empresa (MORENO, SANABRIA, 2006). Se isto ocorrer, haverá degeneração, daí a necessidade da estatização.

Aqui cabe uma ponderação. Não é sem razão que estes autores defendem a estatização, pois de fato o que vem ocorrendo com as fábricas recuperadas e com as cooperativas populares da Economia Solidária é um processo de degeneração. No entanto, ainda assim não defendemos a estatização.

Acreditamos que a degeneração ocorre por dois motivos. Do ponto de vista dos trabalhadores, estamos diante de um contexto defensivo, caracterizado pela perda generalizada de direitos trabalhistas e a degradação do padrão de vida dos trabalhadores, alcançado no período 1945-1973. Para nós, estas cooperativas não se inserem num contexto revolucionário que permite o florescimento do cooperativismo. Ela se inserem num contexto de regressão histórica.

O modelo japonês (ou chinês?), caracterizado pela superexploração da força de trabalho tanto nas grandes corporações mas principalmente nas empresas terceirizadas, só permite às cooperativas recorrer a auto-exploração (jornadas de trabalho extenuantes, “salários” abaixo da média do mercado, etc) para sobreviver. Se isso é verdade, não morrer de fome já é em si mesmo uma revolução num contexto caracterizado pelo avanço da barbárie social.

Em outro artigo (Novaes e Dagnino, 2007), afirmamos que há uma “tripla exploração das fábricas recuperadas”: os trabalhadores se auto-exploram, exploram trabalhadores contratados (não cooperados) e são explorados pelas grandes corporações⁶.

Do ponto de vista da Economia Solidária, parece que tanto os movimentos sociais a ela vinculados como uma parte dos pesquisadores está perdida, sem um norte “para além do capital”. Para reverter a essência do capitalismo - produção de mercadorias e supremacia dos quadros (VIEITEZ e DAL RI, 2001), deveríamos articular a luta das vertentes mais progressistas da Economia Solidária com o movimento de luta mais geral dos trabalhadores, além da necessidade de uma visão e um programa de modificação da sociedade, e não apenas de unidades produtivas.

Mas voltemos à análise do artigo de Moreno e Sanabria (2006). Eles se mostram contra o mercado, fato raríssimo em tempos rejuvenescimento das teorias “socialistas de mercado”. No entanto, apesar de advogarem a participação popular nas decisões do “plano democrático”, parece que a instância advogada para controlar a economia é o Estado. A nosso ver, os autores não vislumbram a criação de mecanismos de controle da economia em outra instância que não o Estado.

Sobre o significado de co-gestão para os mesmos, parece haver uma ênfase na necessidade de assembléias democráticas e prestação de contas por parte dos trabalhadores e burocratas e uma completa inobservância para outros problemas tais como necessidade de adequação sócio-técnica (Dagnino, Brandão e Novaes, 2007).

⁶ Em outro artigo iremos definir alguns cenários para o cooperativismo e associativismo: a) degeneração ou perda das características autogestionárias (anos 1980 até hoje), b) sobrevivência das cooperativas (cenário um pouco mais favorável para os trabalhadores), c) desenvolvimento e florescimento da autogestão (ocorreria numa possível e necessária transição socialista).

3. Argumentos dos defensores da autogestão

Se os social-democratas acreditam que se pode criar uma sociedade mais justa atuando apenas na *distribuição* da riqueza (PRZEWORSKI, 1989), para os defensores da autogestão o problema é muito mais profundo. Para estes, deve-se questionar não apenas como se distribui o excedente, mas também como se produz o excedente. Em última instância, questionam o sentido social do trabalho (ANTUNES, 1999) no capitalismo e a alienação do trabalhador. Para István Mészáros, por exemplo, não se trata apenas de uma questão de propriedade, mas a necessidade de controle das unidades produtivas como um todo pelos “produtores associados”.

Além disso, alguns dos defensores do controle das fábricas pelos trabalhadores geralmente afirmam que as empresas não necessariamente adquire uma característica “pública” ao se tornar propriedade do Estado. Ela provavelmente passará a ser funcional ao funcionamento do modo de produção capitalista, mas por outros meios. Caso se estatize, os trabalhadores se tornam meros coadjuvantes, ou peças da engrenagem capitalista. Um argumento por essa via levado ao extremo afirmaria que, no capitalismo, não existem empresas “públicas”. Na verdade, as empresas públicas são empresas necessárias para o bom funcionamento do sistema capitalista e são funcionais à acumulação de capital, conforme vimos na seção anterior.

Se levarmos em conta a história do século XX, verificaremos que as empresas públicas da indústria básica não “concorreram” com as empresas privadas, tal como apregoam os neoliberais, mas foram fundamentais para a manutenção e reprodução do capital. É curioso observar que estas empresas que outrora “ajudaram” a reprodução ampliada do capital passaram a ser taxadas, a partir de 1973, de “ineficientes”, “corruptas”, tudo isso como pretexto para atender aos anseios de uma nova onda de acumulação de capital que veio a ser atendida através de processos obscuros de privatização. Sendo assim, acreditamos que as privatizações vieram a sanar parcialmente a crise de acumulação originada nos anos 1970.

Nas palavras de Przeworski (1989), o Estado não concorreu com o capital privado, mas forneceu os insumos necessários para o fortalecimento rentável da economia como um todo. Para Borón (2000), a estatização “foi uma deformação funcional para a acumulação capitalista, mas não para os interesses populares” (BORÓN, 2000, p. 193).

Lênin, por exemplo, não admitia a possibilidade de ver na palavra público um sinônimo de popular. Para ele, o Estado não era do povo, e sim um “gabinete da burguesia”⁷. Ainda que esta visão não se empenhe em observar o surgimento de algumas funções do Estado como decorrentes da pressão popular ou da classe trabalhadora, ela nos serve por enquanto para polemizar com os defensores da estatização que ignoram a funcionalidade das empresas públicas para a reprodução do capital.

Dentre os representantes de uma proposta mista, poderíamos nos deter na obra de Atílio Borón. Depois de esclarecer que o marxismo dedicou-se às teorias do

⁷ Isso pode ser visto na seguinte passagem: “Nós assumimos a velha máquina do Estado, e foi esse nosso infortúnio. Com muita freqüência essa máquina funciona contra nós. Em 1917, depois de tomarmos o poder, os funcionários públicos nos abandonaram. Isso nos atemorizou, e nós pedimos: “Por favor, voltem”. Eles todos voltaram, mas esse foi o nosso infortúnio. Temos agora um vasto exército de funcionários, mas faltam-nos forças suficientemente educadas para exercer um controle real sobre eles. Na prática, ocorre com freqüência que, na cúpula, onde exercemos o poder político, a máquina, bem ou mal, funciona. Mas, lá embaixo, os funcionários governamentais têm controle arbitrário e com freqüência o exercem de maneira a contrariar nossas medidas. Na cúpula, temos não sei quantos, mas de qualquer modo creio que não são mais que alguns milhares; e por fora, várias dezenas de velhos funcionários que recebemos do czar e da sociedade burguesa, e que, em parte deliberadamente e em parte inconscientemente, trabalham contra nós” (Lenin, 1976, v.33, p.428-9).

curto-prazo, acreditando que haveria uma espécie de *enterro fulminante* do capitalismo, Borón sustenta que deveremos adotar uma agenda de longo prazo, além de termos idéias claras para certos problemas ensejados pelos processos de liberalização, de desregulação, de privatização, de aberturas comerciais e em relação à globalização econômica. Ele se pergunta: o que podemos fazer diante disso? (BORÓN, 2000).

A partir dos valores dos socialismo, podemos dar respostas alternativas a estas questões. Nos anos 1960, - prossegue Borón, a maioria dos que estavam na luta pelo socialismo teriam dito, por exemplo, “vamos nacionalizar as indústrias básicas”, “vamos estatizar”. Esta foi a resposta de Salvador Allende no Chile e também a resposta de toda esquerda latino-americana. Mas, provavelmente hoje, a estatização de grandes setores industriais não seria uma boa saída. Escrevendo no ano de 1994, Borón chega até mesmo a sinalizar um cenário que não se efetivou no Brasil, se levarmos em consideração o completo “tratoração” de privatizações da fernandécada. Para ele,

Na América Latina, dificilmente exista força política suficiente para fazer retroceder as políticas de privatizações. A Argentina e o México são dois bons exemplos dessa dificuldade. Provavelmente no Brasil, se possa conter o avanço indiscriminado das privatizações. Aqui [no Brasil], por enquanto, as condições são outras. De qualquer forma, um projeto socialista deve ter propostas alternativas à simples reestatização. Por que não pensar em fórmulas do tipo cooperativo? (BORÓN, 2000, p. 192).

E prossegue afirmando que na Nicarágua o governo sandinista ensaiou a transferência das empresas aos trabalhadores. Essa fórmula deu bons resultados numa época, embora, para ele, hoje devam ser vistas com mais cautela. No fim das contas, Borón não defende nem a volta ao estatismo do século XX nem as fórmulas do tipo cooperativo. Segundo este pesquisador:

Provavelmente devamos pensar num conjunto de fórmulas mistas: em alguns casos pode se implementar a transferência aos trabalhadores, em outros, uma transferência junto com mecanismos cooperativos entre os usuários, em outros novas formas de partilha entre o capital estatal, os trabalhadores, e as cooperativas de consumidores (BORÓN, 2000, p. 192).

Na opinião dele, a volta indiscriminada às estatizações não parece ser uma boa saída à crise gerada pelas políticas neoliberais. Não podemos enfrentar a desregulação com um processo simetricamente inverso de regulação (BORÓN, 2000, p.192).

Evidentemente, observa Borón, havia muitos problemas na forma de “regulação centralizada desde a cúpula que existia na América Latina”. Para este pesquisador, um projeto socialista deveria implementar mecanismos de regulação localmente descentralizados, onde os setores da sociedade civil, isso é, o povo, tenham mais capacidade de efetuar os controles necessários para fiscalizar certo tipo de bens e serviços. Em uma palavra, “teremos que reconstruir o Estado sem cair no estatismo” (BORÓN, 2000, p. 193).

O desafio está em “reconstruir os espaços públicos”. Pensava-se na URSS e na América Latina que

quanto mais Estado tínhamos, mais avançávamos no caminho do socialismo. Isso demonstrou-se historicamente falso, um trágico erro. O avanço do Estado não significava o

progresso do socialismo. Devemos reconstruir o público sem cair nos vícios do estatismo (BORÓN, 2000, p. 193)⁸.

Singer (2006) se posiciona no debate sobre a estatização versus autogestão quando retrata os casos de recuperação de empresas pelos trabalhadores. Depois de falar sobre os casos de empresas “em crise”, “em recuperação”, ele analisa o caso das empresas “em impasse”, deixando claro os motivos que lhe levam a defender a aquisição dos meios de produção pelos ex-empregados. Preferimos citar a argumentação de Singer praticamente na íntegra.

Ele observa que, em função de crise brasileira, empresas passaram a ser administradas pelos empregados, mas estes não quiseram assumi-las coletivamente. Eles reivindicam que o governo federal as estatize, com o compromisso de manter os empregos existentes. Do ponto de vista dos trabalhadores, esta opção pode ser a melhor no curto prazo, mas não no longo. Os trabalhadores que administram empresas em crise ou falidas teriam enormemente facilitada sua tarefa se pudessem contar com crédito, abundante e barato, dos bancos oficiais (SINGER, 2006, s/nº).

Porém, continua Singer, os trabalhadores seriam apenas assalariados, podendo ser demitidos ao bel-prazer do administrador público. Em regime de autogestão, os trabalhadores são sócios do empreendimento e só correm perigo de serem excluídos dele em casos de conflitos graves. Para todos efeitos práticos, os trabalhadores em autogestão gozam de algo equivalente à estabilidade no ‘emprego’ (SINGER, 2006, s/nº).

Durante muitas décadas, empresas em crise foram assumidas pelo Banco do Brasil e outros bancos públicos, quando credores das mesmas. Pode-se presumir que isso ocorria tanto para minimizar os prejuízos do banco como para atender as demandas dos trabalhadores e da opinião pública com eles solidária. Quando começou o processo de desestatização, ainda sob os últimos presidentes do regime militar, verificou-se que havia dezenas de empreendimentos, das mais variadas espécies, na posse daqueles bancos. Popularizou-se na época a idéia que os bancos públicos funcionavam como ‘hospitais de empresas’ (SINGER, 2006, s/nº).

Essa política foi sem dúvida benéfica para as comunidades dependentes daquelas empresas, com um certo custo ao Tesouro, que nunca foi, até onde sabe Singer, averiguado. É provável que a população mobilizada em solidariedade aos trabalhadores duma grande empresa em crise encare com simpatia a estatização da mesma. É o que deve estar ocorrendo em Joinville, em relação ao caso da Cipla, que emprega cerca de mil trabalhadores (SINGER, 2006, s/nº).

Mas, esta política, pelo que sabemos, nunca foi sistematizada por regras de aplicação universal. A grande maioria das empresas que faliram não foi estatizada, mas simplesmente desapareceu. Os casos em que houve estatização eram excepcionais e foram decididos em função de critérios casuísticos. Hoje em dia, a opinião pública tolera muito menos políticas deste tipo, inclusive porque está alertada para os sacrifícios que o serviço de dívida pública impõe aos usuários dos serviços públicos. A eventual estatização das quatro empresas, cujos empregados a demandam, poderia desencadear uma onda de reivindicações de estatização de numerosas empresas em crise ou em estado falimentar (SINGER, 2006, s/nº).

Convém atentar para o fato de que, no presente, a opção conhecida e favorecida pelo movimento sindical e pelas entidades que promovem a economia solidária é a recuperação de empresas pela sua transformação em autogestões. A demanda por estatização é excepcional e tudo leva a crer que se fundamenta na seguinte postura ideológica: todos trabalhadores devem ser assalariados do capital

⁸ Sobre a relação entre capitalismo e democracia, Borón (2000) afirma que “existe uma contradição que o capitalismo não pode resolver: a que existe entre um modo de produção fundado na extração de mais-valia, na expropriação do produto do trabalho e um modo de representação política de caráter democrático. A democracia cancela, teoricamente, as possibilidades de extrair indefinidamente mais-valia” (BORÓN, 2000, p.194).

e nesta condição lutar para superar o capitalismo como um todo; a transformação de assalariados em gestores coletivos de empresas os tornaria patrões e portanto sustentáculos do sistema vigente (SINGER, 2006, s/nº).

Não é o caso de entrar aqui nesta controvérsia, observa Singer. O que importa para ele “é que a recusa à opção autogestionária não decorre apenas das vantagens que a eventual estatização proporcionaria aos trabalhadores, mas duma atitude política. É o que explica o fracasso das tentativas que foram feitas para convencer os trabalhadores da Cipla a optar pela organização em cooperativa ou associação, tendo em vista preservar seu trabalho e renda. Foi reiteradamente explicado aos trabalhadores que o governo não pretende estatizar a Cipla, mas que eles têm a possibilidade de se apropriar dela e administra-la coletivamente. Nem mesmo a ameaça da venda em leilão do maquinário da empresa, liquidando-a na prática, os removeu” (SINGER, 2006, s/nº)⁹.

É evidente que estas empresas se encontram num impasse, que se não for resolvido acarretará o seu fechamento. Somos de parecer que esta eventualidade só será evitada se a propriedade das empresas for transferida a alguém com disposição e meios de recupera-las. Se os trabalhadores se recusam a este papel, a opção que resta é encontrar quem queira adquiri-las ou então deixar que o processo falimentar siga o seu curso (SINGER, 2006, s/nº).

Conforme relatamos em nosso livro (Novaes, 2007), a diferença de Singer para outros defensores da autogestão é que ele não vislumbra o fim do mercado. Senão vejamos: “a posição de Owen (e de Fourier, entre outros) supunha que a economia socialista deveria ser construída como um todo fechado e relativamente auto-suficiente, para não ser “contaminada” pelo ambiente capitalista” (Singer, 1998a, p. 113 – grifos no original), através de aldeias cooperativas. Para Singer “os trabalhadores têm capacidade de organizar atividades econômicas segundo princípios próprios, socialistas, e os empreendimentos cooperativos podem, em certas condições, competir vitoriosamente com empresas capitalistas pelos mercados” (SINGER, 1998a, p. 113 – grifos no original).

Reconhecer que as empresas competem no mercado capitalista e que a saída proposta por Owen e Fourier de criação de aldeias que funcionariam como uma espécie de blindagem dos efeitos do mercado é descabida, também é partilhada por muitos teóricos. O problema, a nosso ver, está quando Singer defende o socialismo de mercado como algo desejado:

Para Singer, “O colapso do socialismo realmente existente convenceu a maioria dos marxistas que o progresso econômico e os direitos individuais não podem ser garantidos sem liberdade econômica e algum grau de competição de mercado” (SINGER, 1999, p.73).

Desde já, pode-se perceber que Borón se enquadraria numa visão mista, ao defender parcialmente a permanência da estatização e de fórmulas do tipo cooperativo, que Singer não defende a estatização das empresas em hipótese alguma. Mais do que isso, que a competição é algo desejado numa sociedade socialista. E uma terceira visão de *autogestão*, conforme veremos a seguir ao retratar brevemente a obra de István Mészáros e Maurício Tragtenbreg, autores que defendem a necessidade imprescindível de coordenação da produção em contraposição a qualquer proposta “socialista de mercado”¹⁰.

Para compreender a proposta de Mészáros, poderíamos iniciar verificando de que forma este autor se contraporía à seguinte afirmação de Moreno e Sanabria (2006): “el capitalismo, es decir, la propiedad privada de los medios de producción: la banca, las principales industrias y la tierra, por parte de un puñado de empresarios es -y seguirá siendo mientras no les expropiemos- la piedra de tranca

⁹ A Cipla é uma empresa de Santa Catarina, no sul do Brasil que reivindica a estatização dos meios de produção sob controle operário. Sobre este caso, ver Faria (2005).

¹⁰ Para saber mais sobre a obras de Mészáros, ver Novaes (2007a). Para a visão de Singer e Mészáros sobre o “mercado”, ver Novaes (2007b).

al desarrollo del país y de la revolución” (MORENO, SANABRIA, 2006, s/nº). Ao contrário deles, para Mészáros (2002) capitalismo, ou melhor, capital não é sinônimo de propriedade privada dos meios de produção. Segundo este autor, as relações capitalistas de propriedade representam não mais que o pré-requisito material e as garantias legalmente sancionadas à articulação substantiva do complexo global de reprodução sociometabólica.

Para Mészáros, a relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (MÉSZÁROS, 2002).

A verdadeira questão é, portanto, para Mészáros, “a relação dialética entre o todo e suas partes”. Sob o sistema do capital, os escalões do topo de sua estrutura de comando, com a sua perversa centralidade, usurpam o lugar do todo e dominam as partes, impondo a sua parcialidade como “interesse do todo”. É assim que a totalidade auto-sustentada do capital pode se afirmar, provocando um curto-circuito não dialético na relação parte/todo, como um sistema orgânico. A alternativa hegemônica socialista, portanto, envolve, a reconstituição dialética objetiva das partes e do todo, das menores células constitutivas até as relações produtivas e distributivas mais abrangentes, de modo não conflitante (MÉSZÁROS, 2002, p. 980).

Sendo assim, o sucesso do planejamento depende, para Mészáros:

da coordenação das suas atividades produtivas e distributivas livremente consentida por aqueles que executam os objetivos conscientemente divisados. Portanto, o planejamento genuíno é inconcebível sem uma substantiva tomada de decisão de baixo, pela qual tanto a coordenação lateral como a integração abrangente de práticas reprodutivas se tornam possíveis. E vice-versa, pois, sem o exercício conscientemente planejado e amplamente coordenado das suas energias e habilidades criativas todo discurso sobre a tomada de decisão democrática dos indivíduos não possui qualquer substância. Apenas juntos os dois poderão definir as exigências elementares da alternativa hegemônica socialista à ordem sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 980).

Poderíamos concluir, interpretando Mészáros, que a auto-administração pelos produtores associados deve ser pensada como uma alternativa hegemônica à ordem social do capital. Ao contrário do que vislumbra a maior parte dos defensores da Economia Solidária, Mészáros advoga a necessidade de *ataques duplos*: por um lado o controle coordenado da produção através da democracia substantiva dos produtores (ações para fora dos muros das fábricas) e por outro a necessidade de mudanças qualitativas nos microcosmos (dentro dos muros das fábricas). Sobre a relação entre direitos de propriedade e autogestão, Mészáros critica ainda os equívocos da esquerda cooperativista. Vejamos:

De fato, nada é realizado por mudanças – mais ou menos facilmente reversíveis – apenas dos direitos de propriedade, como testemunha amplamente a história das “nacionalizações”, “desnacionalizações” e “privatizações” no pós-guerra. Mudanças legalmente induzidas nas relações de propriedade não têm garantia de sucesso mesmo que abarquem a ampla maioria do capital privado, quanto mais se se limitarem à sua minoria falida. O que necessita radicalmente ser alterado é o modo pelo qual o “microcosmo” reificado da jornada de trabalho singular é utilizado e reproduzido, apesar de suas contradições internas, por meio

do “macrocosmo” homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo (Mészáros, 2002, p. 629 – grifos no original).

É este complexo que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um “macrocosmo” qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de “microcosmos” qualitativamente diferentes (MÉSZÁROS, 2002) tendo em vista o controle sociometabólico pelos produtores associados.

Lebowitz (2005) também ressalta a necessidade de coordenação da produção pelos produtores associados, em contraposição à “mão invisível do mercado”. Isso pode ser visto quando ele critica as propostas de autogestão na Iugoslávia. De acordo com ele,

A Iugoslávia denominou o sistema de gestão de seus trabalhadores de “autogestão” e demonstrou que os capitalistas não são necessários - que as empresas podem ser administradas pelos operários através de seus conselhos operários [...] Contudo, havia um problema no sistema de autogestão iugoslavo, relacionado ao termo “auto”. De fato, os próprios trabalhadores em cada empresa determinavam a direção das mesmas. Entretanto, eles se preocupavam prioritariamente com eles próprios. O foco de cada trabalhador em cada empresa era o interesse pessoal [...]. Faltava um senso de solidariedade com a sociedade. Ao invés disso, predominavam a auto-orientação e o egoísmo. Em alguns aspectos, se parecia com o pior mito capitalista, o conceito da “Mão Invisível”: a idéia de que, se cada classe seguir seu próprio interesse, a sociedade como um todo se beneficia. Na verdade, a mão invisível na Iugoslávia provocou o aumento da desigualdade e o declínio da solidariedade - levando, em último estágio, ao desmembramento do país (Lebowitz, 2005, s/nº).

Para nós, é impossível mudar o mundo sem tomar o poder, ao contrário do que sugere John Holloway. Mas onde está o poder hoje em dia. No Estado ou principalmente nas Grandes Corporações?

Acreditamos que é preciso reconhecer que há uma crítica, geralmente proveniente dos anarquistas, que afirma que os socialistas do século XX, quando “tomaram o Estado”, ao invés de destruí-lo, acabam reforçando-o. Isso pode ser visto, por exemplo, nas obras de dois socialistas libertários que dialogamos - João Bernardo (1975) e Maurício Tragtenberg (2005) – um intelectual que se auto-denominava *marxista anarquizante*. Poderíamos confrontar a visão de Tragtenberg, que apresentaremos logo em seguida com a visão de Moreno e Sanabria (2006), que afirmam:

En la economía, la sociedad, el estado –e incluso en el seno del propio gobierno- vemos sectores que, con más o menos contradicciones, reflejan la presión de lo nuevo, de los trabajadores y los sectores populares que empujamos para que vayamos verdaderamente hacia el socialismo, se expropié a los capitalistas y se construya un estado revolucionario, un estado de los trabajadores, que sustituya al actual. Pero, por otro lado, también vemos desarrollarse una burocracia reformista (en realidad, pro-capitalista), que la presión que expresa (de un modo más o menos consciente según los casos) es la de los capitalistas y de la propia ideología burguesa (MORENO, SANABRIA, 2006, s/nº - grifo nosso).

Ainda de acordo com estes, ao retratar a revolução espanhola como um exemplo histórico que nos traz alguns ensinamentos, concluem que

[...] en la medida que las organizaciones obreras no tomaron el poder y sustituyeron al estado burgués agonizante por un genuino estado de los trabajadores, las colectividades no fueron capaces de avanzar y extenderse a una organización colectiva, basada en la planificación democrática, de toda la economía y empezaron a retroceder (MORENO, SANABRIA, 2006, s/nº).

Para Tragtenberg, há poucas esperanças na estatização das fábricas¹¹. Isso pode ser visto quando descreve a “corrente estatista” como sendo aquela que luta para que os meios de produção passe para as mãos do Estado, após o desaparecimento da propriedade privada. Ele observa que esta tem raízes na Alemanha, com Rodbertus, Friederich List, chegando a Stálin, para quem estatização dos meios de produção é sinônimo de socialização dos meios de produção (Tragtenberg, 1986)¹². Este pesquisador observa ainda que já no século passado Engels advertira do perigo de tal identificação, salientando que a passagem dos meios de produção de mãos privadas para as mãos do Estado significava “a transformação do Estado como capitalista ideal em capitalista coletivo real”. Para Tragtenberg,

A estatização dos meios de produção, a preservação do salariado como forma de remuneração do trabalho, o controle do processo produtivo pela tecnocracia, o partido político no cume do estado são práticas dominantes na URSS, China, países do Leste Europeu e Cuba. Houve uma revolução? Sim. A propriedade privada dos meios de produção foi substituída pela propriedade estatal dos mesmos, só que gerida por uma burocracia que tem no partido, seja socialista (PS), seja comunista (PC) – seu principal instrumento de disciplinação do trabalhador” (Tragtenberg, 1986, p. 8).

Para Moreno e Sanabria (2006), fica a idéia de uma tomada do Estado e transformação do mesmo em “Estado revolucionário” e um “Estado dos trabalhadores”. Cabe observar que os autores não sinalizam com uma proposta de definhamento do Estado, e nos parece que isso é imprescindível, o que nos leva a crer que os mesmos não vislumbram uma sociedade governada pelos produtores associados. Afinal por que precisaríamos de um “genuíno estado dos trabalhadores”? Seria para continuar assegurando as condições de produção e expropriação de mais-valia, poderia perguntar Maurício Tragtenberg¹³.

É preciso salientar que além de criticar a corrente estatista, este autor desenvolve seus argumentos sobre a autogestão trazendo para o debate o tema

¹¹ A sistematização dos argumentos de Tragtenberg foi por nós apresentada no livro “O Fetiche da Tecnologia” (Novaes, 2007a) e retomada neste artigo.

¹² Em oposição à corrente estatista, diversos teóricos e militantes do movimento operário vislumbravam na autogestão a resposta a seus problemas. No entanto, foram sufocados tanto pelos interesses do capital, pelos constrangimentos históricos do século XX, como em função dos setores da esquerda que subiram ao poder, em geral a burocracia ou a tecnocracia dos partidos socialista e comunistas. A autogestão em estágio embrionário ocorreu na Comuna de Paris, no início da Revolução Russa, Espanhola, na Revolução Húngara, na Polonesa, na Portuguesa, etc. Na América Latina, poderíamos citar o Cordobazo argentino e as comissões de fábrica brasileiras. Sobre a Rússia, para alguns militantes da Oposição Operária (Kolontai, Bogdanov), o aumento da produtividade do trabalho, numa sociedade que vislumbrava o socialismo autogestionário, viria não como consequência da adoção de técnicas que se haviam mostrado bem sucedidas nos países capitalistas avançados, no caso o taylorismo, “mas de uma nova organização do trabalho fundada na criatividade e iniciativa do trabalhador” (Bryan, 1992, p. 475).

¹³ Evidentemente que um pequeno artigo como esse não esgota um tema tão complexo como o da transição socialista e o papel da autogestão neste processo. No entanto, através de algumas pistas aqui esboçadas, pode-se perceber e decifrar posicionamentos de vários autores sobre alguns temas centrais.

das relações de poder na sociedade, principalmente na fábrica. Tragtenberg (2005) acredita que as propostas ensejadas pelo capital a partir dos anos 1960, que vão desde políticas de estímulo à participação do trabalhador nas decisões de assuntos marginais até a participação nos lucros e resultados, são, na verdade, uma “pseudo-participação”, pois quem de fato participa e controla a produção nesta nova fase de acumulação é o capital financeiro.

Para Hirata (1990), os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) não representam de forma alguma “uma produção controlada pelos trabalhadores, mas sim uma organização [informal] em pequenos grupos para discutir e resolver problemas diagnosticados no local de trabalho”. Para ela, os CCQs diferem das propostas autogestionárias “pela própria natureza e não só em grau” (Hirata, 1990, p. 136).

Tragtenberg contrasta e delimita as propostas participacionistas vislumbradas pelo capital nesta nova fase histórica com as propostas de participação voltadas para a construção de uma sociedade governada pelos produtores associados.

Para analisar as diferentes propostas de participação, que vão desde as estratégias gerencialistas para cooptar a força de trabalho até as propostas de participação para construir a autogestão, faremos uma breve análise de política da participação dos trabalhadores na empresa.

De acordo com Storch (1985), nunca se sabe se as propostas de participação serão boas ou ruins para os trabalhadores, o que nos leva a crer que devemos destrinchar e analisar os seus propósitos.

Outros autores discriminam os três níveis organizacionais em que a participação pode ocorrer: operacional, tático e estratégico (Storch, 1985). A participação pode se limitar a determinado(s) níveis ou atingir todos os níveis (Guimarães, 1995).

Quanto à “base formal em que se assenta a participação”, duas formas distintas podem coexistir: as legalmente estabelecidas e as voluntárias, categorizadas por alguns como, respectivamente, *de jure*, ou formal, e *de facto*, ou real. A participação *de jure* é estabelecida a partir dos sistemas legais e formais, incluindo as normas operativas e regras escritas, no âmbito da empresa e fora dela. A participação *de facto* ou real, ao contrário da anterior, não está prescrita formalmente e depende da capacidade efetiva dos trabalhadores em se organizar para atuar sobre o processo decisório (Guimarães, 1995, p. 84).

As estratégias da gerência atacam – como não poderia deixar de ser – os sintomas da alienação e não as suas causas (Faria, 2004; Guimarães, 1995). Nelas podem ser enquadradas as propostas de criação de CCQs, *Kan-ban* e as estratégias enriquecedoras de cargos, sendo a participação não um direito do trabalhador (Guimarães, 1995), mas uma arma do capital para comprar a alma do trabalhador (Silva, 2005) ou um meio de regulação de conflitos, uma vez que já não é mais possível administrá-los pela coação física (Motta, 1982).

Para Tragtenberg (2005), trazendo este debate para os anos 1960-1970,

o fato é que no período de capitalismo monopolista de Estado, tanto na empresa quanto no Estado, a burguesia reforça o caráter autoritário do Estado, de um lado; de outro, intensifica a pressão ideológica mediante “panacéias” administrativas que se constituem em pseudogestão e pseudoparticipação (Tragtenberg, 2005, p. 111).

Em perspectiva histórica, Tragtenberg narra os motivos que levaram à mudança da estratégia empresarial: “Na década de 1950, com o aumento dos técnicos, engenheiros e trabalhadores do terciário, e maior desgaste nervoso no trabalho, a aplicação de relações humanas coloca-se imediatamente. É o período em que surgem obras sobre relações industriais, sugerindo a diplomacia em lugar do autoritarismo nas relações patrão-operário. Na França, a “humanização do

trabalho”, na Itália, sob influência católica, com o lema “humanização na empresa”; na Alemanha, pelas técnicas de co-gestão, as relações humanas têm uma vida transfigurada” (Tragtenberg, 2005, p. 32).¹⁴

É interessante destacar que a onda participacionista, surgida na França, foi precedida de uma série de decretos que iam contra os assalariados. Tais decretos levaram à alta dos preços em detrimento dos assalariados e aposentados, anulando cláusulas que estabeleciam correspondência entre salários e preços. Aumentaram as taxas de juros, tarifas de transportes e correios. Verificou-se, em suma, uma ação ofensiva contra o nível de vida dos trabalhadores (Tragtenberg, 2005).

Tragtenberg observa também que as estratégias de geração de consentimento na fábrica via participação, e a associação entre trabalhadores e capitalistas, não são muito novas. Pela sua importância, esse longo trecho do autor merece destaque:

“A idéia de que patrões e assalariados devam ser considerados como “associados” mediante uma “participação dos trabalhadores” nos lucros não é nova. Em 1838, o Conde de Laborde já sugeria isso, no reinado de Luis Felipe. Em 1844, a Sociedade de Economia Política discutia esse tema: “Que se deve pensar da participação nos lucros como meio de evitar as greves?” Em 1891, o Marquês de La Tour du Pin elaborou projetos que consideravam a empresa como associação entre capital e trabalho [...] Na escala social, a “associação capital e trabalho” mascara a exploração do trabalho pelo capital e tem por fim encerrar os assalariados no horizonte da empresa, pondo-os em concorrência uns com os outros, para maior proveito da classe capitalista em seu conjunto, levando o assalariado a criar um valor suplementar para além do valor relativamente mínimo que corresponde ao salário” (Tragtenberg, 2005, p. 107 – grifos no original).

Vimos que Tragtenberg divide sua análise de política da participação na fábrica entre a “ótica dos trabalhadores” e a “ótica empresarial”. Na ótica dos trabalhadores o participacionismo teve como motor os Delegados de Pessoal criados por ocasião da Frente Popular de 1936 na Espanha. Eles se constituíram num instrumento da classe trabalhadora para controlar a produção e decidir democraticamente o papel das empresas na sociedade (Tragtenberg, 2005).

Na ótica dos empresários nunca se aceita dividir a autoridade na empresa. Eles aceitam o participacionismo nas trocas de informações, admitem a consulta, a delegação de responsabilidades, sem colocar em xeque a decisão. É por isso que para os trabalhadores o participacionismo aparece como a “nova ratoeira do capital” (Tragtenberg, 2005, p. 109).

A participação dos trabalhadores na discussão da produtividade, dentre outros aspectos, é uma “técnica utilizada para enganar o público e dar impressão, à mão-de-obra, de que ela possui papel importante nas decisões, o que é uma farsa” (Tragtenberg, 2005, p. 35).

É lógico que, comparada à direção patronal de direito divino, a participação ou a co-gestão aparece como algo renovador, sugere Tragtenberg. Contudo, “a legalização dos conselhos de empresa ou sua seção sindical, o direito de reunir-se regularmente na mesma não são suficientes para garantir uma espécie de ‘dualidade de poder’ na empresa” (Tragtenberg, 2005, pp. 109-110).

É por isso que Tragtenberg (2005) afirma que a impossibilidade de uma gestão real dos meios de produção pela mão-de-obra significa na prática, via instrumentos como a “pseudo-participação”, um reforço do modo de produção capitalista. Em outras palavras, como as empresas no capitalismo não são geridas pelos próprios produtores, a “participação” e o “diálogo” tomam a forma de extração do conhecimento operário com vistas a arrancar maior produtividade (Tragtenberg, 2005).

¹⁴ “Como os trabalhadores da automobilística vêem a teoria das relações humanas? Como uma forma de tirar mais leite, formando vacas alegres” (Tragtenberg, 2005, p. 36).

Para Tragtenberg, o capital percebeu que se os grupos informais não podem ser destruídos, “manda a boa técnica das relações humanas que sejam “reconvertidos” (Tragtenberg, 2005, p. 35). Guillerme e Bourdet (1976) concordariam com Tragtenberg, pois, para eles, participar não significa necessariamente autogerir¹⁵. Podemos depreender que quando estes autores se referem a autogestão eles têm em mente um novo tipo de participação, sem falar na necessidade de generalização do sistema de cooperativas na sociedade. Este novo tipo de participação não tem nada a ver com propostas participacionistas onde os trabalhadores decidem sobre tudo menos o essencial.

Para Faria (2004), a busca da participação do trabalhador, o enriquecimento de tarefas, o CCQ, Kanban, Kaizen, são estratégias utilizadas pelo capital para atacar os sintomas e não as causas da alienação do trabalho. Já a autogestão não nasce desta visão de participação, mas sim das lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos 19 e 20 para levar a cabo a democracia na produção e, quem sabe, a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas.¹⁶

Tragtenberg (2005) observa que o problema central é a alienação do trabalho no sentido clássico do termo. Ela existe como função do capital e o trabalhador é acima de tudo dominado pelas condições de trabalho sob as quais não tem poder. O ponto crucial é que, quaisquer que sejam as melhoras advindas das taxas de salários, condições de aposentadoria, as condições de trabalho enquanto tais, isto é, o controle do ritmo, a concepção e o status do trabalho estão fora do controle dos trabalhadores.

Guimarães (1995) resolve este problema revisando a bibliografia sobre democracia industrial. Ela utiliza a expressão democratização industrial “no sentido de caracterizar um processo contínuo (de avanço e retrocesso) que possibilita aos trabalhadores, como “grupo dirigido”, ampliar a participação na tomada de decisões em todos os níveis” (Guimarães, 1995, p. 88 – grifo no original).¹⁷

Para Guimarães, a participação industrial deve ser entendida como um fim em si mesmo e não como um instrumento ou um meio de que se utiliza a direção das empresas para aumentar a eficiência e a eficácia organizacional (Guimarães, 1995).

Se as estratégias gerencialistas procuram reduzir a participação do trabalhador à estreita necessidade de aumentar a produtividade da empresa e, com isso, permitir a reprodução do capital, as vertentes que advogam a autogestão adicionam a necessidade de participação fora do âmbito da empresa e propõem a participação dos trabalhadores no controle da sociedade como um todo.¹⁸

Greenberg (1975) considera Marx um dos pioneiros desta visão, uma vez que, para ele, a condição de participante das decisões na empresa não seria

¹⁵ “Os leitores de presente obra [Autogestão: uma visão radical] se convencerão sem esforço de que, para nós, a autogestão deve ser compreendida em sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme completamente a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social” (GUILLERM e BOURDET, 1976).

¹⁶ Guimarães, Korosue e Corrêa (2004) consideram que a autogestão ressurgiu como produto da sociedade capitalista e como produção de uma sociedade diferenciada, constituindo um processo dialético de transformações capitalistas de produção e das relações de trabalho. Isso, apesar de constatarem que os sujeitos do processo que fazem ressurgir a *autogestão* nas empresas, via de regra, não possuem a consciência de que a experiência autogestionária possa significar a transformação das relações de trabalho diferenciando-se da gestão tradicional capitalista, a heterogestão.

¹⁷ Verifica-se que Guimarães (1995) acredita acertadamente que a democracia é um processo e não um estado.

¹⁸ É evidente que o capital tem uma visão do que deveria ser a participação do trabalhador na sociedade (“fora da empresa”). No entanto, os limites deste capítulo nos impossibilitam o aprofundamento da questão. Sobre este debate e sua relação com a democracia totalitária, formal, elitista, substantiva, socialista, operária, minimalista, maximalista etc., ver Wood (2003), Mészáros (2002), Bernardo (2004), Luxemburgo (1999), O’Donnell (1999) e Chomsky (1997).

suficiente, cabendo uma indispensável participação nos mecanismos de controle da sociedade (Storch, 1987; Guimarães, 1995)¹⁹.

De uma forma muito parecida, para Tragtenberg, a participação autêntica é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (Tragtenberg, 1987, p. 30).

4. Considerações finais

O desafio de construir uma sociedade sem classes sociais, sem Estado, totalmente desmercantilizada e governada pelos produtores associados é urgente neste início de século.

Acreditamos que é impossível contemplar todos os autores e correntes que deram uma contribuição fundamental sobre necessidade da estatização e o papel da autogestão numa possível e necessária transição socialista. Ainda assim, resolvemos dar algumas passos neste sentido ao apontar as lições do debate entre os defensores da estatização, de uma proposta mista e os defensores da autogestão.

Para Moreno e Sanabria (2006), assim como é impossível construir o socialismo em um só país, não há construção de socialismo numa só empresa, devendo haver um processo de ocupação generalizado para que as iniciativas de co-gestão, para eles, e de autogestão, para nós, deixem de se tornar “casos isolados”. Para Ricardo Antunes, enquanto a autogestão não atacar os centros nevrálgicos da acumulação de capital, pouco se pode esperar da mesma. A representação da semente num terreno inadequado nos parece elucidativa para colocarmos nossas últimas reflexões:

Las empresas en cogestión son, por así decirlo, como una semilla de socialismo en un entorno hostil: el capitalismo. Si plantas una semilla en un terreno inadecuado para ella y en unas circunstancias climatológicas difíciles y no le prestas, además, los cuidados precisos, la semilla no crecerá o crecerá enferma. Las semillas de Invepal, Inveval y las demás empresas citadas sólo podrán desarrollarse plenamente si el resto de la economía avanza en la misma dirección. Sólo estatizando la banca, los monopolios y los latifundios bajo control obrero podremos garantizar el terreno y el clima adecuados para el desarrollo de un nuevo modelo de relaciones productivas y que la competencia, la lucha salvaje por los mercados y el beneficio privado propios del capitalismo son eliminados (MORENO, SANABRIA, 2006)

1) Por outro lado, devemos concordar com Chomsky, um pensador anarquista, que “proteger o setor estatal hoje é dar um passo na direção da abolição do Estado, porque assim se mantém uma arena pública na qual as pessoas podem participar, organizar, influir na política, etc. ainda que de forma limitada. Se se tira isso, nós regrediremos para uma ditadura privada e isso não é, de forma alguma, um passo em direção à libertação” (CHOMSKY, 1999, p. 68). Evidentemente que Chomsky é defensor da autogestão enquanto projeto de sociedade, mas podemos dizer que a privatização avassaladora no capitalismo no fim do século XX lhe levou a tal afirmação.

¹⁹ Sobre a democracia no chão de fábrica, nunca é demais lembrar o que representou a Comuna de Paris: “As oficinas da Comuna [de Paris] foram, quanto a isso, modelos de democracia proletária. Os operários nomeavam seus gerentes, seus chefes de oficinas, e seus chefes de equipe. Reservavam-se o direito de demiti-los se o rendimento ou as condições de trabalho não fossem satisfatórios. Fixavam seus salários e horários, as condições de trabalho; melhor ainda, um comitê de fábrica se reunia as tardes para decidir o trabalho do dia seguinte” (GUILLERM apud GUILLERM e BOURDET, 1976).

Tendo em vista a relação Estado-Sociedade, estamos diante do “Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital”. A partir da década de 1970, mas principalmente nas décadas posteriores, as grandes corporações transnacionais vão ganhando maior poder de determinação dos rumos do capitalismo, em contraste com a fase anterior (1945-1973) na qual o Estado-Nacional conseguia exercer algum controle social sobre o capital. O que presenciamos a partir de 1973 é a crescente apropriação dos fundos públicos pelo capital e a forte intervenção do Estado para garantir as condições de acumulação, principalmente para a reprodução do capital financeiro.

Fourier, um socialista utópico, dizia que as fábricas capitalistas são “prisões brandas”. João Bernardo afirma que vivemos a “democracia totalitária”. Poderíamos concluir com as palavras de István Mészáros, um dos poucos marxistas que deram continuidade ao projeto marxista pautado na emancipação do trabalho. Chamando a atenção ao fato de que a “expropriação dos expropriadores” deixa em pé a estrutura do capital, afirma que a questão fundamental é o “controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos” (Mészáros, 2002, p. 628), Mészáros observa que a expropriação dos expropriadores é apenas um pré-requisito, significando quase nenhuma alteração naquilo que é essencial, a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados.

Se o texto de Moreno e Sanabria nos dá a impressão de que a transição socialista se daria através daquilo que Borón chama pelo nome de *enterro fulminante* (BORÓN, 2000), para Borón e Mészáros não há golpe fulminante. A leitura das propostas destes autores nos levam a crer que se trata de uma transição muito mais demorada do que a imaginada pelos socialistas nos séculos XIX e XX. Isso não significa confundir longo prazo com gradualismo e reformismo.

5. Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BERNARDO, J. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.
- BERNARDO, J. “**A autonomia das lutas operárias**”. In: BRUNO, L. e SACCARDO, C. (coordenadoras). **Organização, trabalho e tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1986.
- BERNARDO, J. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BORÓN, A. O pós-neoliberalismo é uma etapa em construção. In: SADER, E. (org.) **Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 5ª ed., p. 185-196.
- CHOMSKY, N. Os Intelectuais, o Estado e os meios de comunicação: entrevista com Noam Chomsky. **Democracia e Autogestão**. São Paulo: Humanitas/FFCLH, 1999.
- FARIA, José Henrique de. **Economia Política do Poder**. Curitiba: Juruá, 2004.
- DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H.T. “**Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social**”. In: LASSANCE Jr. et al. **Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 15 a 64.
- FARIA, M. S. de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política, 2005.
- GREENBERG, E. The consequences of work participation: a clarification of the theoretical literature. **Social Science Quarterly**, n. 56, p. 191-209, set.1975.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: uma visão radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GUIMARÃES, V. N. **Novas Tecnologias de Produção de Base Microeletrônica e Democracia Industrial**: estudo comparativo de casos na indústria mecânica de Santa Catarina. 1995. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

GUIMARÃES, V. N. et al. **Autogestão como estratégia de sobrevivência das organizações e dos trabalhadores**: estudos multisetoriais no estado de Santa Catarina. Relatório de Pesquisa CNPq. Florianópolis, UFSC, 2004.

HIRATA, H. Transferência de tecnologia de gestão: o caso dos sistemas participativos. In: SOARES, R.M. **Automação e Competitividade**. Brasília: IPEA, 1990, p. 135-148.

IANNI, O. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense: 1989. 2ª edição.

LEBOWITZ, M. A. **Constructing co-management in Venezuela**: contradictions along the path. Caracas, Unión Nacional de Trabajadores, Encuentro Nacional de trabajadores hacia la recuperación de empresas, 22 de outubro de 2005. Pode ser obtido em

<http://mrzine.monthlyreview.org/lebowitz241005.html>

Lenin, V. **Collected Works**. Progress Publishers, 1976, v.33.

LUXEMBURG, R. **A crise da social-democracia**. Lisboa: Presença, 1974 [1915].

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MINTO, L. W. **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro**: do golpe de 1964 aos anos 90. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, 2005.

MORENO, Y.; SANABRIA, W. **Las empresas en cogestión y ocupadas em Venezuela**, la lucha por el control obrero y el socialismo. Pode ser obtido em <http://fretco.elmilitante.org/content/view/24/30/>. Retirado em junho de 2006.

MOTTA, F. P. **Participação e co-gestão. Novas formas de administração**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

NOVAES, H. T. **O Fetiche da Tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

NOVAES, H. T. **Qual Autogestão?**. In: V Encontro Internacional de Economia Solidária, 2007, São Paulo. O Discurso e a Prática da Economia Solidária, 2007b.

NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **A Tripla Exploração das Fábricas Recuperadas Latino-Americanas**. In: XII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2007, São Paulo, USP.

NOVAES, H. T., LIMA FILHO, P. A. de. **O que fazer quando as fábricas não fecham?** Balanço das políticas para a promoção do cooperativismo na Venezuela. Marília, Unesp: V Seminário do Trabalho “Trabalho e Educação no Século XXI”, 22 a 26 de maio de 2006.

NOVAES, H.T. **Para além da apropriação dos meios de produção?** O processo de Adequação Sócio-Técnica nas Fábricas Recuperadas. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2005.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, F. L. G. **A Fábrica como Agência Educativa**. Araraquara: Editora Cultura Acadêmica-Unesp, 2005.

SINGER, P. I. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998a.

SINGER, P.I. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo, Editora Contexto, 1999. 3a ed.

SINGER, P.I. **Mercado e cooperação**: um caminho para o socialismo. In: Desorganizando o consenso. Sader (org.). Rio de Janeiro: Vozes, 1998b.

SINGER, P. I. **Empresas em crise, empresas em recuperação e em impasse**. Impresso, 2006.

STORCH, S. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. In: FLEURY, M.T. e FISCHER, R.M (Org.) **Processo e Relações de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

STORCH, S. Uma perspectiva estrutural sobre cooperativas industriais. In.: VENOSA, R. (org.) **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987, p.61-91.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

TRAGTENBERG, M. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In: VENOSA, R. (org.) **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Editora da Unesp